



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

# **Anais da Assembléia**

**NOV. - DEZEMBRO**

**1.994**

**VOL. 5**

---



# Anais da Assembléia

130

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**

Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**

1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**

2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**

1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**

2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**

3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**

4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT .....	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** — 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antônio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** — 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio Genari; **PFL** — 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** — 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** — 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** — 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademair Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** — 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** — 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

**Ato da Presidência:**

**RESOLUÇÃO Nº 018/94**

Data: 27.10.94

Súmula: Altera o Art. 1º, quanto ao nome do Município, da Resolução nº 009/92, que autoriza a realização de plebiscito para criação do Município que passa a denominar-se Ariranha do Ivaí, desmembrado do Município de Ivaiporã.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Altera o Art. 1º, quanto ao nome do Município, da Resolução nº 009/92 de 27 de abril de 1992, que autoriza a realização de plebiscito para criação do Município que passa a denominar-se Ariranha do Ivaí, desmembrado do Município de Ivaiporã.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.10.94

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 1994**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Domingos Carvalho e Luiz Antonio Setti (04). Achando-se em

licença o Sr. Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2461**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário regime de urgência de acordo com o Art. 182 e seguintes do Regimento Interno, ao Projeto de Lei nº 338/94 que "acrescenta duas vagas no Conselho instituído pela Lei nº 4978/64."

Sala das Sessões, em 08.11.94

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO Nº 2460**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 346/94, Mens. nº 117/94, de autoria do Poder Executivo, item 08 (oito), constante na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 08.11.94

(a) RENATO ADUR

**REQUERIMENTO Nº 2463**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo art. 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.11.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2457

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por um período de 05 (cinco) Sessões, o Projeto de Lei nº 053/94, que autoriza transferência de servidores públicos e seus dependentes matriculados em instituições de ensino superior do Estado do Paraná em qualquer época do ano, independentemente da existência de vagas.

Sala das Sessões, em 08.11.94

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO Nº 2459

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM que o Projeto de Lei sob nº 171/94, constante da Ordem do Dia da presente data, seja anexado ao Plano de Lei Complementar nº 707/93, de autoria do Deputado Duílio Genari, considerado o substitutivo, o qual se encontra na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, desde 02.12.93, a fim de que seja apreciado em conjunto, por se tratar de matéria correlata.

Sala das Sessões, em 08.11.94

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DR. ROSINHA

ERNANI PUDELL

## REQUERIMENTO Nº 2441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a convocação de Sessão Solene Especial, no dia 03 de dezembro do corrente ano, às 20:30 horas, no Plenário Deputado Waldemar Daros, para homenagear os 70 anos da União de Escoteiros do Brasil, bem como a concessão de Diplomas de Honra ao Mérito, à mesma União dos Escoteiros do Brasil - UEB e à União dos Escoteiros do Brasil - Região Paraná, pelos relevantes serviços prestados à juventude brasileira e à paranaense, em particular.

Sala das Sessões, em 08.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI

## JUSTIFICATIVA:

Organização mundial, fundada por Baden Powell, o Movimento Escoteiro chegou ao Brasil em 1910, congregando hoje 70 mil membros em todo o País. Desse total, 10 mil só no Paraná, subdivididos em 146 Grupos Escoteiros - 100 no Interior do Estado e 46 na Capital.

Objetiva o Movimento Escoteiro, antes de mais nada, contribuir para que os jovens assumam seu próprio desenvolvimento, especialmente no que respeita ao caráter,

ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais. Enfim, busca torná-los cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades.

Vê-se, por isso mesmo, quão importante é o papel do escotismo, principalmente nos dias atuais, quando a sociedade como um todo se preocupa em dar a adolescentes e jovens o indispensável apoio, a fim de evitar desvios de desastrosas consequências.

Por outro lado, merece destaque o fato de haver sido a Região do Paraná, pelo alto nível do escotismo praticado em nosso Estado, designada para a reunião da Diretoria Nacional e coordenadora das festividades alusivas aos 70 anos do Movimento Escoteiro no Brasil.

Assim, a Assembléia Legislativa, como caixa de ressonância das aspirações da comunidade paranaense, não pode ficar alheia às comemorações do escotismo, em data de tamanho significado. Face a esse entendimento é que este Deputado se sente honrado em formular a presente proposição e o faz certo de que interpreta o sentimento de todos os nobres Pares, por conseguinte, desta Casa de Leis.

Efetivamente, como representantes do povo nada mais justo e oportuno que reconhecer e proclamar o valor e o mérito do trabalho desenvolvido pelo Movimento Escoteiro na formação moral, física e intelectual de nossa juventude. Daí, a oportunidade da Sessão Solene, que se quer convocar, e da homenagem a ser prestada à União dos Escoteiros do Brasil - UEB e à União dos Escoteiros do Brasil - Região Paraná.

## UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL

Região do Paraná

OF 798/94

Curitiba, 20 de outubro de 1994.

Senhor Presidente.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, tem o presente a especial finalidade de solicitar a Vossa Excelência, conforme entendimentos mantidos, a realização de uma Sessão Solene da colenda Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na data de 03 de dezembro de 1994, sábado, às 20 horas, alusiva aos 70 anos da União dos Escoteiros do Brasil.

É mister ressaltar, que o Movimento Escoteiro está no Brasil desde 1910, sendo que em 1924 fora fundada a instituição única do escotismo nacional, que congrega mais de 70.000 membros em todo o país, 10.000 dos quais no Paraná, subdivididos em nosso Estado em 146 Grupos Escoteiros, sendo 100 nos diversos municípios do interior e 46 sediados em Curitiba.

O propósito do Movimento Escoteiro é contribuir para que os jovens assumam seu

próprio desenvolvimento, especialmente caráter, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades.

A Região do Paraná, pelo alto nível de escotismo praticado em nosso Estado, foi designada para a reunião da Diretoria Nacional, bem como coordenadora das festividades que enaltecem os 70 anos de fundação da União dos Escoteiros do Brasil.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência o orgulho em nome dos escoteiros do Paraná, de festejarmos tão relevante data do escotismo do Brasil, na sede do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Outrossim, designo o Professor e Chefe Escoteiro Renato Eugênio de Lima, Diretor Nacional e Regional, para coordenar juntamente com o Cerimonial, os detalhes para transformar esta Sessão Solene em uma histórica e inesquecível confraternização dos escoteiros do Brasil.

Agradeço antecipadamente o apoio que sempre temos recebido por parte da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e em especial a atenção de Vossa Excelência, que demonstra sensibilidade e lucidez no trato de valores fundamentais da juventude, que sem dúvida é a razão maior do nosso trabalho como homens públicos ou idealistas que acreditam em um futuro promissor deste Estado e do Brasil.

Sendo o que se apresenta, o cumprimento dos escoteiros do Paraná pela sua reeleição como Deputado Estadual, pois isto nos dá a certeza de que a nossa causa e o nosso movimento terão no nobre Deputado um advogado permanente e, de forma escoteira, reiteramos nossos protestos de distinta estima e elevada consideração, colocando-nos à disposição para os contatos e esclarecimentos que porventura façam-se necessários.

Sempre alerta para servir!

(a) Vereador PAULO SALAMUNI

Diretor-Presidente da U.E.B.-PR

União dos Escoteiros do Brasil - 70 anos

"mais escoteiros, melhores cidadãos"

Excelentíssimo Senhor

Deputado ORLANDO PESSUTI

Digníssimo Presidente da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

N/Capital

#### REQUERIMENTO Nº 2465

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, as providências cabíveis para a realização de um "debate", entre Deputados, entidades governamentais e privadas e profissionais conhecedores da matéria, para se discutir

a necessidade da regulamentação da Lei nº 8.672/93, "Lei Zico". E ainda a implantação do "Conselho Estadual do Desporto" e o "Fundo Especial de Desenvolvimento do Esporte no Paraná".

Solicitamos que o "debate" seja promovido antes do retorno do Projeto de Lei nº 219/94 à Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) ALGACI TÓLIO

#### REQUERIMENTO Nº 2442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Dr. Olavo Vidal Correia, ocorrido em Ponta Grossa.

Pessoa estimada e de muitos amigos, com seu passamento deixou enlutados aqueles que um dia conviveram com sua pessoa.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à Rua Dr. Colares, Edifício Canawate, ap. 402, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do jovem Clodoaldo Muniz Lourenço, ocorrido dia 31 de outubro, em Rebouças.

O jovem Clodoaldo ao partir desta vida deixou muitos amigos e parentes enlutados, mas nem mesmo o tempo poderá apagar a imagem singela e amiga do mesmo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua A. Costa, 940, no Município de Rebouças.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Vereador Edgar Nunes de Oliveira, ocorrido em Guarapuava, no último dia 21 de outubro.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

Foi com profundo pesar que a comunidade de Guarapuava recebeu a notícia do passamento do ex-Vereador Edgar Nunes de Oliveira, carinhosamente conhecido como Dega. Exerceu seu mandato no Legislativo Muni-

pal entre 89 e 92, representando as comunidades mais pobres da região de Entre Rios, tendo sido responsável por importantes conquistas nas vilas operárias das colônias, e das comunidades carentes de todo o município.

## REQUERIMENTO Nº 2455

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado voto de congratulações à Orquestra Harmônicas de Curitiba, pela comemoração dos seus 15 anos de existência.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Criada em 1979, a Orquestra Harmônicas de Curitiba conta com mais de 5.500 dias, 132.000 horas de trabalho, inteiramente dedicados para a harmônica de boca. No dia 6 próximo passado, a orquestra realizou sua 456.<sup>a</sup> apresentação, coroando as comemorações dos seus 15 anos de existência.

Nos últimos quatro anos, apesar de todo o abalo que sofreu a cultura no nosso País, a Orquestra Harmônicas de Curitiba realizou 140 apresentações em espaços privilegiados, no Brasil e no exterior.

A orquestra tem abrilhantado o nome de Curitiba aos mais diversos recantos do Brasil e do exterior, constituindo na única orquestra brasileira no gênero e, presumidamente, a única em todo o mundo.

Utilizando mais de 30 tipos de harmônicas nacionais e importadas, a Orquestra tem no ecletismo o seu ponto alto, incrementando pela sonoridade.

Por isso, tem-se dito que a Orquestra Harmônicas de Curitiba é "um santo que conseguiu fazer milagre em sua própria casa". E, também por isso, temos a grata satisfação de propor à Assembléia Legislativa o presente voto de congratulações, cumprimentando todos os integrantes daquela brilhante orquestra.

## REQUERIMENTO Nº 2466

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder um voto de congratulações à Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher - Banco da Mulher, pela posse da nova diretoria e conselhos (biênio 94/96).

Que do teor do presente dê-se ciência aos homenageados, nesta Capital (Rua XV de Novembro, 621 - 5º andar).

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Instituição criada para apoiar as ini-

ciativas da mulher paranaense, o Banco da Mulher empossou, no último dia 27 de outubro, sua diretoria para o biênio 94/96, que ficou assim constituída:

Presidente - Eryclêa Freire Guimarães

Vice-Pres. - Eliane Biazetto

Dir. Financeira - Eleonora Pierson Ramos

Dir. Técnica - Helena Kotzias Cinnante

Diretoras - Helga Cremer Guedes Pereira,

Lourdes Nery Rodrigues, Maria Salete

Freund, Luci Watanabe, Brigida Gloger,

Myriam Rocha Loures, Shou Wen Alegretti

e Deisi Mara Sus.

Para o Conselho Fiscal foram eleitos: Fani Lerner, Rosa Maria de C. Franco Pinto, César Faria de Lemos, Jaçanã Coelho de Souza Groff e Odone Fortes Martins.

Integram o Conselho Consultivo do Banco da Mulher: Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Maria Christina de Andrade Vieira, Eduardo Guy de Manoel, Mario Celso Petraglia, Francisco da Cunha Pereira Filho, Saul Raiz, Heron Arzua, Heitor Wallace de M. e Silva, Elias S. Mansur, Renato Nápoli, Cassio Taniguchi, Lá Aun Engel, Vera Mussi Augusto, Tânia M. Ribas, Sinval L. Machado, Eulécia B. Alarcon, Keizo Assahida, Bernardo Gapski, Marina Taniguchi, Maria Elisa F. Paciornik e Hélio Cadore.

Que o presente requerimento enseje os cumprimentos deste Poder a todos os escolhidos para funções junto ao Banco da Mulher, bem como votos sinceros de uma gestão profícua e empreendedora.

## REQUERIMENTO Nº 2464

Senhor Presidente.

Existem entidades e homens que, pelo empenho e dedicação em promover o ser humano e contribuir para o aprimoramento da sociedade, merecem ser destacados porque são eles poucos entre muitos.

O Jornal Indústria & Comércio e o empresário Odone Fortes Martins, estão entre esses poucos e vêm se destacando pelas campanhas meritórias e as idéias iluminadas que visam sempre a promoção humana. No último dia 7, o Rotary Club de Curitiba - Cidade Industrial, homenageou o Diretor-Presidente do I&C, Odone Fortes Martins, com entrega do prêmio "Destaque Profissional/Empresarial, que visa celebrar a competência profissional e a conclusão de metas. Na ocasião o empresário homenageado lançou a campanha "O mundo deve a todo homem a oportunidade de ganhar a vida".

A campanha, como disse Odone Fortes Martins "pode abrir caminho para milhões que vivem na marginalidade, sem emprego, sem auto-sustentar-se, vivendo da caridade alheia, dos demagogos de plantão de governos municipais, estaduais e, às vezes, no governo federal, que acham que tudo pelo social é dar e nada pedir em troca."

Qualquer iniciativa que possa contribuir para que o homem seja valorizado e tenha a oportunidade de trabalhar, de ganhar seu pão e exercer os direitos de cidadania em sua plenitude, merecem o apoio dos representantes do povo. Razão pela qual, apresentamos a seguinte proposição: REQUER, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com o Jornal Indústria & Comércio, pelo lançamento da campanha "O mundo deve a todo homem uma oportunidade de ganhar a vida" e, ao seu Diretor-Presidente, Odone Fortes Martins, pela conquista do prêmio "Destaque Profissional/Empresarial", concedido pelo Rotary Club Curitiba-Cidade Industrial.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, da mesma seja dado conhecimento ao Jornal Indústria & Comércio, ao empresário Odone Fortes Martins, Diretor-Presidente do mesmo e ainda ao Rotary Club Curitiba-Cidade Industrial.

Sala das Sessões, em 08.11.94

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 2440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de louvor à Liga de Defesa Contra a Tuberculose, pelo seu Cinquentenário a ser comemorado no dia 13 de novembro de 1994, na labuta junto à população de Antonina.

E ainda, que do mesmo seja dada ciência ao referenciado no endereço abaixo relacionado:

Rua Dr. Carlos Gomes, 220 - Antonina-PR.

Sala das Sessões, em 08.11.94

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

#### CINQUENTENÁRIO DA LIGA DE DEFESA CONTRA A TUBERCULOSE

A Liga faz 50 anos - um pouco da sua história.

Ao término da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, com a nação imbuída de alto patriotismo, nos idos de 1944, um grupo de valorosos cidadãos abraçou uma causa social da maior importância para a comunidade antoninense: o combate à tuberculose - peste branca - que assolava o litoral paranaense, dizimando famílias inteiras. No dia 13 de novembro era fundada a Liga de Defesa Contra a Tuberculose.

Liderados por Dona Leonor Withers Cordeiro, mulher de grande coração e inteligência privilegiada aliadas a uma determi-

nada vontade, conseguiram sensibilizar Governo, empresários e a comunidade, para realizar um trabalho pioneiro no Brasil: proceder ao cadastramento torácico (raio X, abreugrafia e exames laboratoriais) de toda população.

Foi histórica a chegada na cidade do primeiro aparelho de Raio X, para o qual foi necessária a construção de um pavilhão especial, junto ao Hospital Dr. Silvio Linhares, para atendimento exclusivo aos doentes. Também calorosamente recebidas as assistentes sociais, sob a orientação do saudoso Prof. Albizú, que vieram proceder a vacinação geral e levantamento de dados.

Neste primeiro momento vale ressaltar a parceria inestimável do então jovem fisiologista Dr. Carlos Franco Ferreira da Costa, que consagrou em tese brilhante na UFPR, toda problemática da doença, calcada no perfil de saúde da população que a campanha pôde traçar. O Dr. Agostinho Saldanha de Loyola, então Chefe do Posto de Saúde local, emprestou todo seu apoio para o desenvolvimento das ações.

Naquele tempo não existia penicilina, o tratamento exigia internação (na Lapa), segregação dos doentes da família, era constante o risco da contaminação e transmissão da moléstia.

Além das medidas sanitárias, muito foi feito através da Liga, no sentido de informar e educar a população para a prevenção da doença.

A comunidade, e o que havia de mais expressivo na sociedade antoninense, colaborava com entusiasmo e dedicação em todas iniciativas para levar avante o projeto da Liga.

Em sua ata de fundação encontramos nomes de paranaenses ilustres que alicerçaram aquele trabalho humanitário.

Além de Dona Leonor, que presidiu a Liga até 1986, e consolidou com seu altruismo, todo patrimônio da entidade, citamos: Dr. Carlos Franco Ferreira da Costa, Dr. Carlos Gomes da Costa - saudoso Dr. Carlito, Dr. Carlos Eduardo Maia, Dr. Pedro Daros, Dr. Agostinho Saldanha de Loyola, Dr. Arthur Galvão do Rio Apa, Leopoldino de Abreu Filho, José Thomaz do Nascimento, José Maria Shtorache, Yolanda da Fonseca Pinto, Dinorah Bacelar de Portugal Macedo; Carmen Galvão do Rio Apa, Nair Temporal Gomes, Doris Nascimento, Djanira Fonseca de Souza, Gebran Jorge Azim, Guilhermina de Camargo, Aracy Pinheiro Lima e outros.

Graças ao avanço da ciência foi-se alcançando o controle gradativo da doença.

Desde então a Liga tem diversificado suas atividades, atuando com creche (em convênio com a LBA), ensino pré-escolar, ensino profissionalizante, biblioteca, bazar, teatro amador, atividades culturais,

sociais e pedagógicas, assistência social.

A sua Escola Profissional Feminina, fundada por Dona Aracy Pinheiro Lima em 1948, teve uma relevante função na preparação de jovens para o mercado de trabalho.

O Jardim de Infância da Liga, comandado pela dedicada Prof. Aliete, ajudou formar o caráter, a disciplina e amor a terra, de muitos antoninenses que se destacaram na vida profissional.

A L.D.C.T. realizou e apoiou muitas campanhas em prol da saúde como: Campanha de Prevenção do Câncer, na época liderada por Dona Anita Gaertner, vacinação infantil e outras.

Organizou a semana que reuniu em Antonina, cafeicultores paranaenses, com vistas ao estudo de viabilidade da cultura do café no litoral.

Apoiou iniciativas que buscavam reconhecimento da importância do Porto de Antonina junto ao Governo Federal.

São 50 anos de trabalhos ininterruptos, prestados a população de Antonina.

Tendo se empenhado, nos últimos anos, em restaurar e reequipar suas instalações, a L.D.C.T., planeja para o futuro biênio, intensificar ações, prioritariamente ainda, na prevenção da TB, cujos índices, no litoral, revelam uma reincidência preocupante.

Além disto, incrementar o ensino profissionalizante, para atender a mão de obra especializada e trabalho artesanal.

Este rápido perfil não diz tudo da história da L.D.C.T., entremeada de períodos bastante deprimidos, quer pela falta da força do voluntariado, quer pelas dificuldades econômicas e também pela ação do tempo, danificando custosa e inexoravelmente suas instalações físicas.

Porém, sempre pôde contar com funcionários dedicados, voluntários abnegados, confiança e respeito da comunidade.

A partir do dia 6 de novembro, na sede da Liga, estará aberta à visitação pública, uma exposição de documentos, fotos e jornais que registram a história da L.D.T.C..

Conscientes da responsabilidade desta tradição, a atual Diretoria, sob a Presidência do Sr. Moris Assad Mansur, convida a comunidade para uma visita às suas instalações e a conchama a somar esforços no sentido de fortalecer a entidade, para que seja plenamente utilizado todo seu potencial de serviço em prol de uma Antonina mais feliz.

#### DONA LEONOR WITHERS CORDEIRO

Leonor Withers Cordeiro, nasceu em Antonina, no dia 15 de outubro de 1903, filha de Maria Luiza e Carlos Withers, ca-

sada com o Sr. Manoel Cordeiro, já falecido, seu grande incentivador e colaborador.

Brilhando nos salões do Clube 14 de julho, a frente do Grêmio Bouquet de Flores, do qual foi Presidente várias vezes, sempre se destacou na sociedade antoninense por sua elegância e beleza, mas, acima de tudo, por uma força interior e dinamismo sem par, que veio a demonstrar, no empenho de toda sua vida a causa de uma comunidade.

Dona Leonor, como é conhecida em toda Antonina, foi cidadã devotada e exemplar, a quem a cidade muito deve.

Essa mulher, moderna para sua época, sempre soube, com inteligência e muito amor, acordar a comunidade antoninense para seus grandes problemas, não só apontando os caminhos para enfrentá-los, mas muitas vezes, quase sempre, a custa de seus próprios recursos, não deixar perecer aquela que foi a sua grande obra: a Liga de Defesa Contra a Tuberculose, fundada em 13 de novembro de 1944, que ao longo de todos esses anos vem cumprindo seu grande papel, no soerguimento do nível de saúde, cultural, social e cívico da cidade de Antonina.

Naquela época, em que a tuberculose minava a saúde da população, dizimando ou condenando famílias inteiras, comprometendo o desenvolvimento econômico do município, tudo se fazia necessário: obter recursos, esclarecer, orientar, encaminhar e dar tratamento às pessoas necessitadas.

Foi uma campanha educativa, através de filmes, cartazes, palestras, até a compra, em 26 de junho de 1946 de um aparelho de Raio X, que iria permitir, em 1947, a realização de censo torácico e respectivo cadastramento da população. Para angariar recursos para a luta que viria a seguir, foi promovida nos dias 14 e 15 de agosto daquele ano, uma grande venda de flores. Nesta mesma ocasião foi criado o Departamento Feminino, iniciando-se a grande batalha da Liga contra a peste branca.

Em 15/08/1948, também com seu apoio, é fundado o Posto de Puericultura, sendo já evidente o resultado da ação da Liga no nível sanitário da cidade.

Em 1951, Dona Leonor faz uma viagem aos EE.UU. para um curso de aperfeiçoamento na Cidade de Miami.

Foram os seguintes, os eventos que marcaram a história da Liga, sob sua direção:

- 12/12/55 - 1º Torneio Aberto de Xadrez de Antonina.
- 10/03/56 - Campanha do Cimento para pavimentação da Cancha de Esportes.
- 23/12/56 - Promoção da festa de Natal para os internados no Pavilhão de Tubercu-



lose do Hospital Dr. Silvio Linhares.  
06/11/60 - Inauguração do Cinema da Liga.  
21/03/60 - Participação da Liga na campanha para aumento dos eleitores de Antonina.  
13/06/60 - Inauguração do Parque interno da Liga.  
1963 - Inauguração da Escolinha da Liga.  
25/06/65 - Festa da Cumieira do novo prédio da Liga.

A Liga de Defesa contra Tuberculose de Antonina, foi declarada de Utilidade Pública, a nível municipal, estadual e federal, sendo reconhecida pelo Conselho Nacional de Serviço Social, Ministério de Educação e Cultura, Secretarias de Saúde e do Trabalho e outros órgãos oficiais, com quem mantém convênios.

Durante o correr dos anos, na medida em que se obtinham progressos no combate à tuberculose, quer pela maior conscientização da população, quer pelos avanços que então a Saúde Pública já podia oferecer, foram se diversificando as metas da Liga, que promoveu, em 15 de maio de 1975, a instalação da Escola Profissional em prédio próprio. Centenas de senhoras e senhoritas passaram por esta escola, fundada em 08/04/48, sob a direção de D. Aracy Pinheiro Lima, que apresentou excelentes resultados, nos seus diferentes cursos gratuitos de bordado, costura, manicure, cabeleireiro, tecelagem, pintura e datilografia.

Em 25/09/76, Dona Leonor recebe muito justamente, o Título de Cidadã Benemérita de Antonina.

Seu alto espírito cívico jamais se omitiu aos apelos das grandes campanhas para o engrandecimento do povo brasileiro e assim, mais uma vez, em 1976, participa ativamente do MOBREAL, para erradicação do analfabetismo em Antonina.

Em 27/10/79, promove o 1º Encontro de Produtores de Mudanças de Café do Litoral, visando promover mais uma alternativa econômica para Antonina e Litoral paranaense.

Até 1986, Dona Leonor foi a Presidente da Liga, passando o cargo por motivos de saúde, a uma nova Diretoria, porém, jamais deixando de se preocupar, até seus últimos dias, com o destino, as dificuldades, os problemas e principalmente com o esvaziamento da grande força voluntária, que representa o esteio de toda atividade desta instituição.

Dona Leonor não teve filhos seus, mas soube dar aos filhos de Antonina, amor e dedicação incomparáveis.

Este é um pálido resumo de sua vida atuante, exemplar e digna.

Mais de 40 anos dedicados a esta entidade e a sua cidade, não podem caber, de forma justa, em poucas palavras.

Porém, pode sua ilustre memória ser resgatada hoje, nesta simples homenagem que, se não lhe foi prestada em vida, ficará para sempre gravada no bronze desta placa.

Proferido pela Senhora Maria Julia de Abreu Ferreira, Presidente da L.D.C.T., em 13 de novembro de 1989.

#### REQUERIMENTO Nº 2456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor a Ilustríssima Senhora Marlene Pereira, Mui Digna Presidenta Estadual da PROVOPAR, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Um dos itens da vida cotidiana, em relação as pessoas que ocupam funções públicas, e o trato com seus semelhantes, especialmente aqueles de menor poder aquisitivo. Entender com perfeição o drama vivido por essas pessoas, suas crises, seus apuros, suas faltas, é necessário ter muita paciência e muito espírito de humanidade. Aliado a esse fato, ainda se condiciona, que cada passo no exercício de suas atividades administrativas, é preciso estar atento a todos os detalhes, buscando atender com tranqüilidade a todos os municípios do Estado do Paraná.

São campanhas constantes, uma ação em cima da outra, onde vale a perseverança, o dinamismo, a força de vontade, cujo interesse maior sempre foi o próximo, e será até o dia 31 de dezembro do ano vigente.

Dentro desse contexto, é preciso ainda consolidar o respeito e a admiração de um corpo funcional, não pela força, não pelos privilégios concedidos, mas pelo trabalho e respeito ao ser humano, como um todo.

Está de parabéns o Estado do Paraná, pois em curto espaço de tempo na PROVOPAR, a Senhora Marlene Pereira conseguiu realizar um trabalho dos mais eficientes, em todos os setores de atividades. O Governador Mário Pereira, sairá do Palácio Iguaçu, com mais um fator positivo, sua esposa Marlene Pereira deu conta do recado, soube cumprir a missão que lhe foi confiada.

Nesse sentido apresentamos a esse Plenário votos de louvor a Ilustríssima Senhora Marlene Pereira, Mui Digna Presidenta Estadual da PROVOPAR e a todos os demais componentes daquela Pasta, e que sejam comunicados através deste endereço.

#### REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Vila Tarumã - Pinhais, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público que foi retirado da Rua Guilherme Weiss, proximidades do nº 23. Pedem os moradores que o pedido seja atendido, uma vez que está fazendo muita falta a todos.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2445

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Vila Sabará, situada no Vale do Passaúna, bairro CIC, os quais solicitam que seja instalado um aparelho telefônico público nesse local.

O pedido está sendo feito pela Comunidade Vale do Passaúna, tendo em vista que a falta desse benefício tem dificultado muito a vida de todos. Com a instalação do telefone toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2446

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgotos à Rua Osni Silveira, proximidades do nº 122 - Xaxim, tendo em vista que muitos problemas para todos os moradores estão sendo causados pela falta desse benefício. Não há valetas no local e nem rede de esgotos, portanto quando chove, não há escoamento da água e das fossas.

Pedem os moradores que o pedido seja atendido, uma vez que toda a população está sofrendo com esse problema.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2447

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de água

e esgoto no Vale do Passaúna - Vila Sabará - CIC, tendo em vista que na falta desse benefício, muitos transtornos estão sendo causados a todos os moradores do local. O pedido está sendo feito pela Comunidade da Vila Sabará, os quais solicitam que o mesmo seja atendido pois os detritos de esgoto são escoados nas ruas, deixando o local numa situação muito crítica. A maioria das casas têm poço, mas como os sanitários ficam nos quintais e muito próximos dos mesmos, pode estar ocorrendo contaminação nas veias d'água. Pedem providências urgentes, procurando-se evitar a contaminação de doenças em todos os moradores.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2448

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Vale do Passaúna - Vila Sabará - CIC, os quais solicitam que o correio passe neste local, uma vez que toda a comunidade tem sofrido muito pela falta desse benefício. Pedem que o pedido seja atendido, pois será de grande valia.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2449

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento no Jardim Castelo Branco e Vila Hortência, localizados no bairro do Alto Boqueirão. O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, os quais afirmam que lá existem dois conjuntos no bairro e os adolescentes formaram duas gangues, causando pânico para todos, devido as brigas que ocorrem diariamente. Todos os jovens são menores e andam armados. Pedem que a solicitação seja atendida o mais breve possível, procurando-se evitar que acontecimentos graves venham a ocorrer.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2450

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento nas proximidades da Rua Pássaro Preto - CIC, tendo em vista que nesse local há muito vandalismo, assaltos e várias outras ocorrências que estão deixando toda a população apreensiva. O pedido está sendo feito pelos moradores da citada rua, os quais solicitam que o policiamento seja intensificado a fim de coibir a ação dos marginais.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2451

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento no Vale do Passaúna - Vila Sabará - CIC, uma vez que o local está totalmente abandonado e os marginais têm tempo suficiente para agir e esconder-se de toda a população. À noite o problema agrava-se ainda mais, devido o local ser muito escuro, propiciando a ação dos ladrões. Pedem que o pedido seja atendido, pois a população encontra-se muito apreensiva.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2452

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Joaquim Simões, proximidades do n° 976 - Bairro Santa Mônica, os quais solicitam que seja trocada uma lâmpada do poste desse endereço. Solicitam ainda que sejam executados reparos na citada rua, tendo em vista que a mesma encontra-se cheia de buracos, causando muitos transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2453

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Airton Luiz Nodari - Bairro São Gabriel, os quais

solicitam que sejam executados reparos nesta rua, tendo em vista que a valeta está tomando conta da mesma. Pede-se providências urgentes, antes que algo mais grave venha a ocorrer.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2454

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de que a mesma conclua a abertura da Rua Santa Cândida - Parque São Jorge, para que a COPEL e a SANEPAR implantem rede de energia elétrica e rede de água e esgoto respectivamente. Afirmam os moradores que os órgãos citados solicitaram à Prefeitura a abertura dessa rua, porém o serviço não foi concluído e elas não podem implantar os benefícios. Há muitos buracos e a rua encontra-se intransitável, necessitando urgentemente que essa municipalidade conclua os serviços solicitados.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2467

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Governador do Estado, a respeito das péssimas condições de trabalho nas fábricas de artefatos de cimento da SUCEAM em Paranavaí, Arapongas e Cruzeiro do Oeste, conforme documentos comprobatórios que seguem anexos.

Requer, outrossim, que do presente seja encaminhada cópia ao Ministério Público Estadual, para a tomada de providências na sua área de atuação.

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) ÁLGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No dia 06 de setembro último, de reunião realizada entre o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais - SINDISERVIDORES, e a Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, resultou um acordo sobre as condições de trabalho naquele órgão.

A ata da referida reunião, que segue anexa a este requerimento, aborda questões como a insalubridade e o pagamento adicional referentes a ela para os trabalhadores das fábricas da SUCEAM; a realização periódica de exames médicos e acompanhamento bimestral dos casos com laudo médico positivo; extensão do adicional de insalubri-

dade, realização de exames médicos periódicos e pagamentos dos referidos exames também a todos os trabalhadores na limpeza pública da SUCEAM; aplicação do percentual de 30% sobre o salário-base de cada servidor cujo laudo médico já tenha constatado a existência de doenças pulmonares como enfisema e tuberculose; constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, CIPA; realização de cursos de aperfeiçoamento; redução da jornada de trabalho; instalação de refeitório no local de trabalho e fornecimento de vale-refeição; definição do quadro próprio da SUCEAM, com alterações quando da elaboração do Plano de Carreira para os servidores públicos estaduais; concessão de adicional de produtividade e, finalmente, o não-desconto dos dias em que os referidos trabalhadores estiverem em greve, reivindicando exatamente melhores condições de trabalho.

Lamentavelmente, apesar de ter firmado o acordo com o SINDISERVIDORES, a SUCEAM não cumpriu a sua parte, levando os trabalhadores a um novo período de paralisação para exigir o atendimento às reivindicações.

Isto não se trata de uma mera reclamação salarial. Tenho em mãos documentos que comprovam as gravíssimas consequências da intransigência da SUCEAM no atendimento às reivindicações dos seus trabalhadores.

Dois exames realizados pela Clínica Radiológica de Paranavaí comprovam doenças pulmonares, entre as quais enfisema, em dois dos trabalhadores da fábrica da SUCEAM em Paranavaí.

Muitos outros casos devem existir, como estes. Porém, os trabalhadores não têm como realizar os exames e a SUCEAM nega-se a determinar sejam eles realizados em todos os trabalhadores.

Não servissem os dois exames que apresento para demonstrar a falta de responsabilidade da SUCEAM diante de uma questão tão grave, trago ainda a Certidão de Óbito nº 6.648, referente ao Sr. Rosaldo Neris, trabalhador na fábrica de Arapongas. O documento não deixa dúvidas sobre as consequências do trabalho insalubre que Rosaldo desenvolveu por muitos anos, na SUCEAM, ao apontar como "causa mortis" angina no peito - tuberculose pulmonar - enfisema pulmonar.

A perdurar essa situação marcada pela irresponsabilidade e intransigência da SUCEAM, não vejo outro caminho senão pedir a intervenção do Sr. Governador Mário Pereira. Tenho certeza de que o chefe do nosso Poder Executivo não tem conhecimento desses gravíssimos fatos, e ao tomar conhecimento da situação, não pactuará com o que se constitui em um verdadeiro crime contra a vida dos trabalhadores daquela superintendência.

Há necessidade de se determinar - imediatamente - diversas providências para preservar a saúde (e por que não dizer, a própria vida) dos funcionários estaduais na SUCEAM.

Ao tomar conhecimento do fato, estarei diante do que a SUCEAM impõe aos seus servidores. Pior, aqueles que reivindicam o cumprimento do acordo, melhores condições de trabalho, são ameaçados de demissão.

Se alguns deles se calam, por medo, não me calarei. Estou fazendo esta denúncia não apenas ao Governador do Estado, mas também ao Ministério Público do Paraná, para que a Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, tome as providências na sua área, a fim de que sejam respeitados os direitos constitucionais e, se necessário, determinando o fechamento das fábricas da SUCEAM, até que se implementem - efetivamente - as condições de segurança ao trabalho dos servidores da SUCEAM.

Devemos ter consciência da importância da SUCEAM para a comunidade agrícola paranaense. No entanto, não podemos silenciar diante de uma administração que não tem o mínimo compromisso social com seus funcionários, submetendo-os a condições desumanas de vida e de trabalho.

Temos certeza de que, quanto mais rápido o Governador intervir no caso, mais rápido a situação será corrigida, e as atividades da SUCEAM poderão se normalizar. Por esta razão é que, através deste expediente, solidarizamos-nos com tais trabalhadores e com sua reivindicação do direito de viver com dignidade e saúde.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 378/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica suprimido da Lei nº 5.340, de 24 de maio de 1966, a criação do distrito administrativo de Itacorá no Município de São Miguel do Iguçu.

Art. 2º - O distrito judiciário de Itacorá passa a denominar-se de Itaipulândia e tem titularidade no mesmo município, com as delimitações constantes da Lei no artigo anterior.

Sala das Sessões, em 08.11.94

(a) ÉLIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei, visa acertar a seguinte situação: o distrito administrativo e judiciário de Itacorá, criado no então município de São Miguel do Iguçu pela Lei nº 5.340, de 24 de maio de 1966, teve a sede distrital e parte de seu ter-

ritório, alagados com a formação do Reservatório da ITAIPU BINACIONAL. A área não alagada do antigo distrito é hoje o município de Itaipulândia, que foi criado pela Lei nº 9.908, de 12 de março de 1992. Mas para qualquer efeito legal, o distrito administrativo continua existindo. O que traz transtornos ao novo município e, bem mais ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Quanto ao distrito judiciário, a sua titularidade já foi transferida para o Município de Itaipulândia por decisão da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Tribunal de Justiça do Paraná, com as mesmas delimitações constantes da Lei nº 5.340.

A vista da situação existente e objetivando seu acerto, é que estamos apresentando o presente projeto de lei. E para o qual conclamamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dos Srs. Deputados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os fins devidos e a quem interessar possa, que a sede distrital e parte do território do distrito administrativo e judiciário de Itacorá no município de São Miguel do Iguaçu, até a criação da unidade municipal de Itaipulândia, encontram-se submersos nas águas do Reservatório da ITAIPU BINACIONAL.

São Miguel do Iguaçu, em 26.10.94

(a) LUIZ ELIAS BONGIOLO

Prefeito Municipal

LEI Nº 5340

Data: 24.05.1966

Súmula: Cria no Município de São Miguel do Iguaçu, os distritos Administrativos e Judiciários de Itacorá e Aurora do Iguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criados, no município de São Miguel do Iguaçu, os seguintes distritos Administrativos e Judiciários, com as delimitações respectivas:

I - de Itacorá, com as seguintes divisas:

a) Ao Norte - de desembocadura, no Rio Paraná, do Rio São Vicente, subindo por este até a foz do Rio São João;

b) A Leste - da foz do Rio São João, subindo por este até o Arroio, pelo qual, descendo, se liga ao Rio Ocoí;

c) Ao Sul - descendo pelo Rio Ocoí,

até a sua foz no Rio Paraná;

d) A Oeste - subindo pela foz do Rio Ocoí, pelo Rio Paraná, até a desembocadura do Rio São Vicente.

II) de Aurora do Iguaçu, com as seguintes divisas:

a) Ao Norte - começa na cabeceira do Rio Laranjinha, junto à estrada federal BR-117, antes BR-35, segue por uma linha reta e seca no sentido leste/oeste, até as cabeceiras do arroio Charrua, confrontando com o município de Medianeira;

b) A Leste - pelo arroio Charrua abaixo e o Rio Represo Grande, confrontando com o município de Medianeira;

c) Ao Sul - do Rio Represo Grande segue pela antiga estrada de rodagem estadual Guarapuava/Foz do Iguaçu, até encontrar o Rio Represinha;

d) A Oeste - pelo Rio Represinha acima até a sua mais alta nascente e daí segue em linha reta e seca até as cabeceiras do Arroio Laranjinha, junto a estrada federal, BR-117, daí seguindo por uma linha seca de rumo 76ºNE, até encontrar as cabeceiras do arroio Charrua, confrontando com o município de Medianeira.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em 24.05.1966

assinaturas ilegíveis

PROJETO DE LEI Nº 167/66

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam criados, no município de São Miguel do Iguaçu, os distritos Administrativos e Judiciários, com as delimitações respectivas:

I - de Itacorá, com as seguintes divisas:

a) Ao Norte - de desembocadura, no Rio Paraná, do Rio São Vicente, subindo por este até a foz do Rio São João;

b) A Leste - da foz do Rio São João, subindo por este até o Arroio, pelo qual, descendo, se liga ao Rio Ocoí;

c) Ao Sul - descendo pelo Rio Ocoí, até a sua foz no Rio Paraná;

d) A Oeste - subindo pela foz do Rio Ocoí, pelo Rio Paraná, até a desembocadura do Rio São Vicente.

II) de Aurora do Iguaçu, com as seguintes divisas:

a) Ao Norte - começa na cabeceira do Rio Laranjinha, junto à estrada federal BR-117, antes BR-35, segue por uma linha reta e seca no sentido leste/oeste, até as cabeceiras do arroio Charrua, confrontando com o município de Medianeira;

b) A Leste - pelo arroio Charrua abaixo e o Rio Represo Grande, confrontando

com o município de Medianeira;

c) Ao Sul - do Rio Represo Grande segue pela antiga estrada de rodagem estadual Guarapuava/Foz do Iguaçu, até encontrar o Rio Represinha;

d) A Oeste - pelo Rio Represinha acima até a sua mais alta nascente e daí segue em linha reta e seca até as cabeceiras do Arroio Laranjinha, junto a estrada federal, BR-117, daí seguindo por uma linha seca de rumo 76°NE, até encontrar as cabeceiras do arroio Charrua, confrontando com o município de Medianeira.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.1966  
assinaturas ilegíveis

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Nós que possuímos uma família, que temos o dever, além da orientação aos nossos filhos, além do amparo aos nossos conhecidos e também a mão amiga estendida a nossos parentes e a todos que nos procuram, fizeram com que o Paraná, mais uma vez fosse exemplo a esta nação e desse a oportunidade a diversos irmãos nossos daquilo que há muito tempo deveria ter sido concretizado, em todo o Brasil.

O Paraná através de um Juiz Federal quer que toda garrafa de bebida alcoólica tenha em seu bojo aquilo que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti - o nosso Parlamentar do Paraná, nosso colega desta Casa de Leis - já queria há muito tempo e por várias vezes nos seus programas que levava e que leva ao ar, e nesta Casa através de sua própria lavra tinha um projeto e que hoje um Juiz Federal do Paraná permitiu que se tornasse realidade. O projeto é que toda garrafa de bebida alcoólica tenha em seu bojo uma inscrição dizendo que é prejudicial à saúde e se em excesso for consumida tornará a pessoa sua dependente.

Queremos Senhor Presidente, Senhores Deputados, através deste pronunciamento, além de cumprimentar o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, cumprimentar o Senhor Juiz Federal que deu esta sentença, ao PROCON que ajuizou esta ação. Queremos também pedir à Mesa Executiva que enviasse ao Supremo Tribunal Federal aquele amaro dessa decisão, porque o cartel nacional e internacional, daqueles fabricantes de bebidas alcoólicas, aqueles homens que fazem a desgraça de milhares e milhares de lares deste País e deste mundo, estes homens estão formando um cartel no Supremo para ser

reformulada esta sentença dada pela Justiça Federal do Paraná.

Tenho a certeza, Senhor Presidente, que neste instante, em diversas Casas, iguais a esta nossa, em diversas Assembléias Estaduais, iguais a esta do Paraná, está uma voz pedindo para que a Mesa Executiva, em nome de todos os Senhores Parlamentares, de todos os Partidos, remeta ao Supremo Tribunal Federal uma mensagem pela qual a família do Paraná deseja e quer que essa sentença dada seja ela realmente não modificada mas perpetuada por aqueles menos avisados que, infelizmente, vão ao vício do álcool.

Senhor Presidente Hermas Brandão, tenho a certeza de que no exercício na tarde de hoje haverá de remeter ao Supremo Tribunal Federal a vontade da família do Paraná e da família da totalidade desta Casa que representam, principalmente, os bons costumes e, acima de tudo, esta viciosidade que, infelizmente, este cartel nacional e internacional quer retirar e quer devolver à família do Brasil.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, Deputada Emília Belinati.

O que me traz, hoje, à tribuna é um fato bastante grave que está acontecendo no interior do Paraná.

Por esta razão estou encaminhando à Mesa da Assembléia um requerimento enviado ao Governador do Estado a respeito das condições de trabalho na Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM.

Para isto, trago aqui documentos anexados a este meu requerimento que comprovam o estado de calamidade em que estão submetidos os trabalhadores.

(Lê):

"No dia 06 de setembro último, de reunião realizada entre o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, SINDISERVIDORES, e a Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, resultou um acordo sobre as condições de trabalho naquele órgão.

A ata da referida reunião, que segue anexa a este requerimento, aborda questões como a insalubridade e o pagamento do adicional referente a ela para os trabalhadores das fábricas da SUCEAM; a realização periódica de exames médicos e acompanhamento bimestral dos casos com laudo médico positivo; extensão do adicional de insalubridade, realização de exames médicos periódicos e pagamento dos referidos exa-



mes também a todos os trabalhadores na limpeza pública da SUCEAM; aplicação do percentual de 30% sobre o salário-base de cada servidor cujo laudo médico já tenha constatado a existência de doenças pulmonares como enfisema e tuberculose; constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, CIPA; realização de cursos de aperfeiçoamento; redução da jornada de trabalho; instalação de refeitório no local de trabalho e fornecimento de vale-refeição; definição do quadro próprio da SUCEAM, com alterações quando da elaboração do Plano de Carreira para os servidores públicos estaduais; concessão de adicional de produtividade e, finalmente, o não-desconto dos dias em que os referidos trabalhadores estiveram em greve, reivindicando exatamente melhores condições de trabalho.

Lamentavelmente, apesar de ter firmado o acordo com o SINDISERVIDORES, a SUCEAM não cumpriu a sua parte, levando os trabalhadores a um novo período de paralisação para exigir o atendimento às reivindicações.

Isto não se trata de uma mera reclamação salarial. Tenho em mãos documentos que comprovam as gravíssimas consequências da intransigência da SUCEAM no atendimento às reivindicações dos seus trabalhadores.

Dois exames realizados pela Clínica Radiológica de Paranavaí comprovam doenças pulmonares, entre as quais enfisema, em dois trabalhadores da fábrica da SUCEAM em Paranavaí.

Muitos outros casos devem existir, como estes. Porém, os trabalhadores não têm como realizar os exames e a SUCEAM nega-se a determinar sejam eles realizados em todos os trabalhadores.

Não servissem os dois exames que apresento para demonstrar a falta de responsabilidade da SUCEAM diante de uma questão tão grave, trago ainda a Certidão de Óbito nº 6.648, referente ao Senhor Rosaldo Neris, trabalhador na fábrica de Arapongas. O documento não deixa dúvidas sobre as consequências do trabalho insalubre que Rosaldo desenvolveu por muitos anos, na SUCEAM, ao apontar como "causa mortis" - Angina do Peito - Tuberculose Pulmonar - Enfisema Pulmonar.

A perdurar essa situação marcada pela irresponsabilidade e intransigência da SUCEAM, não vejo outro caminho senão pedir a intervenção do Senhor Governador Mário Pereira. Tenho certeza de que o Chefe de nosso Poder Executivo não tem conhecimento desses gravíssimos fatos e - ao tomar conhecimento da situação - não pactuará com o que se constitui em um verdadeiro crime contra a vida dos trabalhadores daquela Superintendência.

Há necessidade de se determinar - ime-

diatamente - diversas providências para preservar a saúde (e por que não dizer, a própria vida) dos funcionários estaduais na SUCEAM.

Ao tomar conhecimento do fato, estarei diante do que a SUCEAM impõe aos seus servidores. Pior, aqueles que reivindicam o cumprimento do acordo, melhores condições de trabalho, são ameaçados de demissão.

Se alguns deles se calam, por medo, não me calarei. Estou fazendo esta denúncia não apenas ao Governador do Estado, mas também ao Ministério Público do Paraná, para que a Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, tome as providências na sua área, a fim de que sejam respeitados os direitos constitucionais e, se necessário, determinando o fechamento das fábricas da SUCEAM, até que se implementem - efetivamente - as condições de segurança ao trabalho dos servidores da SUCEAM.

Devemos ter consciência da importância da SUCEAM para a comunidade agrícola paranaense. No entanto, não podemos silenciar diante destes fatos registrados e que repito mais uma vez, temos aqui os documentos que estamos encaminhando anexos a este requerimento que estou dando entrada hoje na Mesa da Assembléia Legislativa."

"República Federativa do Brasil

Comarca de Arapongas

Estado do Paraná

Distrito de Arapongas

MARIA LUIZA MARTINS PRANDINI

Oficial do Registro Civil de Casamentos,  
Nascimentos e Óbitos

Celso José Prandini Terezinha Capelli  
Escrevente Escrevente

ÓBITO Nº 6.648

Certifico que, às fls. 195 do livro nº C-07 de Registro de Óbitos, foi lavrado hoje, o assento de ROSALDO NERIS, falecido aos 22 de maio de 1994, às 10:00 horas, em domicílio, na Rua Dançador, 260 nesta cidade, do sexo masculino, profissão industrial, nascido em 02.01.45, natural de Arapongas - Paraná, domiciliado e residente nesta cidade, com 49 anos de idade, estado civil casado, filho de CANDIDO NERIS, falecido, profissão ... natural de Estado da Bahia e residente ... e de ANA CANDIDA NERIS, profissão ..., natural Estado da Bahia e residente ...

Foi declarante Rosalino Sanches França, brasileiro, casado, comerciante, residente Av. Arapongas, nesta cidade, sendo o atestado do óbito firmado pela Doutora Maria Soares, que deu como causa da morte "Angina do Peito - Tuberculose Pulmonar - Enfisema Pulmonar", o sepultamento foi feito no cemitério desta cidade.

Observações: O falecido era casado com

Laudelina Cláudio Neris, em Apucarana - Paraná, sob nº 8772 fls. 284 Livro 27, deixou quatro filhos sendo: um menor, Terezinha, Valvina, Claudete e Angelita, deixou bens, não deixou testamento e era eleitor nesta cidade.

O referido é verdade e dou fé.

Arapongas, 23 de maio de 1994.

(a) Oficial"

#### "CLÍNICA RADIOLOGICA DE PARANAVAÍ

Raio X e Ultra-Som

Rua Luiz Spigolon, 1830 - Fone: 423-2024 - CGC(MF) 77.430.015/0001-14

Paranavaí - Paraná

Dr. Manoel O. Saraiva Neto - CRM 3360  
Dr. Lauro Augusto Ribeiro Grava - CRM 5547  
Radiologistas - Membros da CBR

Sr. José Lange Matr: 220842  
Exame nº 486  
Solicitação do Dr. Sari Omar Atend/SUCEAM  
TÓRAX  
Coração de configuração e diâmetro anatómicos.  
Aorta alongada.  
Mediastino e seios costais frênicos sem alterações.  
Enfisema pulmonar moderado.  
L/Paranavaí, 24.10.94."

#### "CLÍNICA RADIOLOGICA DE PARANAVAÍ

Raio X e Ultra-Som

Rua Luiz Spigolon, 1830 - Fone: 423-2024 - CGC(MF) 77.430.015/0001-14

Paranavaí - Paraná

Dr. Manoel O. Saraiva Neto - CRM 3360  
Dr. Lauro Augusto Ribeiro Grava - CRM 5547  
Radiologistas - Membros da CBR

Sr. Juarez Gonçalves de Souza Matr: 281256  
Exame nº 463  
Solicitação do Dr. Sari Omar Atend/SUCEAM  
TÓRAX  
Coração de configuração e diâmetro anatómicos.  
Aorta de calibre normal.  
Mediastino sem alterações.  
Síntese pleural à direita.  
Hiperinsuflação pulmonar.  
L/Paranavaí, 24.10.94."

#### "Ata da Reunião realizada entre o SINDISERVIDORES e a SUCEAM

Aos seis dias de setembro de hum mil, novecentos e noventa e quatro, reunidos na sede da SUCEAM, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto, 2211, em Curitiba, PR, Representantes do SINDISERVIDORES, na pessoa do seu presidente, Senhor Vladimir de França e diretores Ronaldo Sérgio de Oliveira e Roger Marcolino, do advogado do SINDISERVIDORES, Senhor Paulo Henrique Vieira, e os representantes da SUCEAM nas pessoas do Superintendente Senhor Alexan-

dre Modesto Cordeiro e do Diretor Administrativo Financeiro Senhor Newton Bordignon, e da Comissão de Negociação Senhores Luiz Aparecido da Silva, José Lange, Waldir José dos Santos e Alcione Pacheco, ficou assim acordado entre as partes:

I - Insalubridade: pagamento do passivo trabalhista, referente o processo nº 941/91, que tramita pela Junta de Conciliação e Julgamento de Paranavaí-PR, sendo que a mesma se dará através de precatório para o exercício do ano de 1995, conforme mandado de citação já enviado e protocolado junto à Fazenda Pública de nº 283/94.

I-A - Do pagamento do adicional de insalubridade: conforme protocolo nº 2.031.579-2, referente o pagamento do respectivo adicional já encaminhado à SEAD para aprovação quanto ao percentual a ser aplicado a partir de julho/94. Tal aprovação da SEAD deverá ser dada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir desta data.

I-B - Dos exames médicos periódicos serão realizados exames médicos periódicos de 6 em 6 meses, a partir de setembro do corrente ano, considerados estes como exames normais e habituais, a todos os servidores que trabalham nas fábricas de Paranavaí, Cruzeiro do Oeste e Arapongas. Os casos de laudo médico considerados como "positivos", a estes servidores, considerados como exames excepcionais, se dará na periodicidade de 2 em 2 meses, para apurar através desta revisão bimestral a evolução ou atenuação do quadro clínico do servidor.

I-C - Do pagamento: o pagamento dos referidos exames médicos se dará a cargo da SUCEAM-PR - Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental, isto é, para o primeiro exame de cada servidor, sendo os demais se dará a cargo do IPE (Instituto de Previdência do Estado do Paraná) ou outro órgão da Administração Pública ou privada, tendo a SEAD a incumbência de buscar esta viabilização e implementação antes do início dos 2º exames necessários.

I-D - Extensão do adicional de insalubridade, enquadram-se também quanto ao tópico do adicional de insalubridade, pagamento adicionais, exames médicos periódicos e pagamento dos referidos exames a todos os servidores que laboram na limpeza pública da SUCEAM quais sejam: sede Curitiba: Faustino Lauro Corso, Paulo Diomar de Oliveira Keil, Monica Marília Faria, João Batista Pontes, sede de Maringá: Fernando Obikawa, Nelson Ofuchi, Vera de Camargo... Sede Paranavaí: Alcione Pacheco, Valter Antonio Lima, sede Cruzeiro do Oeste: Amílcar Cavalcante Cabral, Gumercindo Nogueira de Brito, Leonildo Tiburcios Ma-



chado, sede Arapongas: Roberto Yukio Itano, Jorge Kensi Toshimitsu e Adilson Albuquerque Candia.

I-E - Constatação de doenças pulmonares uma vez já constatada através de laudos médicos doenças pulmonares como efise-ma pulmonar e tuberculose, junto aos servidores da SUCEAM-PARANÁ, deverá ser aplicado o percentual de 30% sobre o salário base de cada servidor a título de adicional e insalubridade. Tal adicional deverá ser pago de forma mensal, permanecendo o direito de percepção de tal adicional enquanto perdurar a insalubridade e o próprio servidor no local de trabalho. A implementação na folha de pagamento de todos os servidores que atuam nas fábricas de Paranavaí, Arapongas e Cruzeiro do Oeste e extensivo também aos servidores de limpeza pública (lixão), se dará de forma imediata em virtude da gravidade do caso, a partir de setembro do corrente ano. A SUCEAM se compromete em enviar em caráter de urgência este acordo formal firmado entre as partes para a Secretaria da Administração do Estado do Paraná, devendo a mesma implantar de forma imediata o respectivo adicional de insalubridade a partir da data do comunicado enviado pela SUCEAM.

II - Constituição da CIPA: Constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes a ser implementada.

II-A - Cursos de Aperfeiçoamento: A Superintendência da SUCEAM, compromete-se a implementar cursos de aperfeiçoamento, para melhor qualidade e desenvolvimento da mão-de-obra. Os itens acima mencionados, para sua efetivação e implementação deverá ser encaminhada através da SUCEAM, ofícios para a SEAD-Secretaria de Administração do Estado do Paraná e Ministério do Trabalho, a fim de se buscar subsídios quanto à questão de medicina do trabalho, DIMS, engenharia e segurança. Neste ato o SINDISERVIDORES, repassou os contatos a serem encaminhados pela SUCEAM aos órgãos acima elencados.

III - Redução da Jornada de Trabalho: a SUCEAM-Paraná em conjunto com o SINDISERVIDORES requerem a aplicabilidade imediata da Lei nº 10.692/93, art. 7º, Alínea "a", "b", "c", "d" em especial no que diz respeito a redução de jornada de trabalho nos locais altamente insalubres, pela aplicação dos princípios da moralidade, legalidade e direitos humanos pela Administração Estadual, devendo todos os servidores que se encontram em locais insalubres a partir da presente data perfazerem uma jornada diária de 06 horas de trabalho durante 30 horas semanais.

IV - Refeitório no Local do Trabalho: O sindicato subsidiará informações para embasamento de ofícios a serem enviados, visando o trato da questão do refeitório como também do vale refeição.

V - Quadro Próprio para SUCEAM: neste tópico esta remetido a SEAD quanto a elaboração do plano de carreira a todos os servidores do Estado do Paraná. Requer-se a concessão de gratificação complementar de chefia nível II para todos os cargos dos setores de engenharia e fiscalização de obras e setor de serviços administrativos dos escritórios regionais e de todos os setores constantes no organograma da SUCEAM Paraná a nível de sede.

VI - Adicional de Produtividade: concessão do benefício do adicional de Produtividade a todos os servidores lotados junto as fábricas das regionais da SUCEAM conforme estudo a ser realizado oportunamente para apuração dos critérios a serem estabelecidos...

VII - Desconto Dias Parados: requer-se o não desconto dos dias parados a partir de 30 de agosto de 1994, até a presente data a todos os servidores que participaram do movimento paredista, por melhores condições de trabalho e por entenderem que a decorrência do movimento de paralisação se deu em virtude de que o Estado do Paraná através de sua Secretaria de Administração não tomou as providências cabíveis. Quanto ao ofício encaminhado pelo SINDISERVIDORES em 29 de setembro de 1993, reivindicações que ora se discutiu, bem como a aplicabilidade da legislação vigente (Lei Estadual nº 10692.93) e nada mais tendo a declarar por parte dos presentes, encerrou-se a sessão.

Curitiba, 06 de setembro de 1994.

(aa) ALEXANDRE MODESTO CORDEIRO

Diretor Superintendente

NEWTON BORDIGNON

Diretor-Administrativo Financeiro

COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO

ALCIONE PACHECO

JOSE LANGE

WALDIR JOSE DOS SANTOS

LUIZ APARECIDO DA SILVA

REPRESENTANTES DOS SINDISERVIDORES

VLADIMIR DE FRANÇA

Presidente

RONALDO SERGIO DE OLIVEIRA

Diretor Executivo

PAULO HENRIQUE VIEIRA

Advogado"

Espera-se as devidas providências para que se evite novos trabalhadores adoentados em situação gravíssima e até mesmo que venham a morrer em consequência disto,

conforme mostra aqui, e comprovamos, o atestado de óbito anexo ao requerimento que estamos dando entrada no dia de hoje.

Como também ocupo a tribuna desta Casa para dizer que diante da retirada do projeto de lei que trata da regulamentação dos bingos no Estado do Paraná, temos recebido várias manifestações no sentido de que se faça um amplo debate para que se analise, com profundidade, a questão da "Lei Zico", bastante controversa e, até certo ponto desvirtuada do seu interesse que era para valorizar o esporte, especialmente o amador em todas as categorias.

O que se tem visto, lamentavelmente, é o profissionalismo na abertura de casas de jogos por este Brasil afora, evidente à parte a questão da legalidade dos bingos que são realizados pelos clubes profissionais. Hoje o que se vê são "testas de ferro" alguns clubes, até mesmo do interior, clubes amadores, que servem apenas de passada para uma meia dúzia de espertalhões, alugando um grande salão na cidade para fazerem ali exploração do chamado jogo do Bingo. O que é pior, jogado a dinheiro, dinheiro vivo.

É necessário que esta Casa se posicione.

Por esta razão esta nossa iniciativa ontem de, num entendimento com o Deputado Anibal Khury, a retirada do seu projeto, para que ele retorne às comissões internas da Assembléia para ser analisado com profundidade.

Vou mais além, estou dando entrada num requerimento na Mesa também pedindo para que seja feito um debate entre Deputados, entidades governamental, privadas e profissionais, conhecedores da matéria, para se discutir a necessidade da regulamentação da Lei nº 8672/93, a conhecida Lei Zico, e ainda, porque é necessário se criar e se implantar o Conselho Estadual do Desporto e o Fundo Especial de Desenvolvimento do Esporte no Paraná.

Acho que a Assembléia poderá trazer uma grande contribuição, dirimindo muitas dúvidas que hoje perduram entre todos nós. Esses Bingos eletrônicos, abertos ao público, em locais particulares. É legal ou não é legal? Nem eu sei, nem o Deputado Tavares, que já foi Secretário da Justiça. Tenho certeza, muitos de nós aqui não...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - V.Exa. usa o Horário da Liderança.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para concluir, Senhor Presidente.

Acho que não podemos ficar nesta dúvida, se hoje o que está acontecendo em Curitiba é legal ou não é legal. Será que é legal um clube do interior do Paraná, que

é usado como fachada num bingo aqui no bairro do Taboão, no São Lourenço, pertinho do Palácio Iguazu, vizinho da Assembléia, vizinho da Prefeitura, vizinho do Tribunal de Justiça. Será que este bingo está devidamente legalizado? Utilizando a fachada de um clube da cidade de Irati. Quem é que está por trás disso? Qual é a legalidade da exploração desse bingo? Quero deixar muito bem claro aqui e até respondendo o articulista do jornal "Indústria & Comércio", que maliciosamente colocou a seguinte nota no jornal hoje: "Bingo - A Assembléia Legislativa adiou ontem a discussão do projeto do Deputado Anibal Khury, que regulamenta os bingos no Estado. Segundo um Deputado pedetista, a proposta não cria um Conselho para gerenciar os recursos. Retirado de pauta para "acertos". Quero deixar muito bem claro que o meu desenvolvimento neste caso, e tem sido esta a minha conduta, é de valorizar esta Casa, é de fazer com que esta Casa aprove leis coerentes, leis que amanhã ou depois não possam ser discutidas em instâncias maiores. Não há nenhuma intenção aqui de fazer "acertos" como coloca o articulista do jornal "Indústria & Comércio".

A finalidade da retirada do projeto foi, isto sim, para melhorarmos o projeto, para que essa Assembléia não passe, evidentemente, um atestado até de incompetência, ao regulamentar uma lei sem uma análise mais profunda, sem um debate mais profundo e por esta razão, fazemos esse debate aqui no plenarinho da Assembléia, antes que este projeto volte para o Plenário. Queremos trazer figuras importantes, conhecedoras da matéria, para que possam nos auxiliar a fazermos, a regulamentarmos a Lei Zico dentro daquilo realmente preceitua, não da forma como ela está sendo usada hoje em todo o Brasil.

O País virou um cassino de ponta a ponta e ninguém sabe onde isto vai parar. Será que este já é um caminho aberto para os cassinos que querem colocar no país e com isso em detrimento, trazendo seriíssimos prejuízos até para a economia do Estado.

Esta é a razão pela qual queremos discutir com profundidade a questão dos bingos aqui no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo mais oradores inscritos no Horário do Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

O Horário do PDT foi usado pelo Deputado Algaci Túlio.

PSDB, PL, PTB.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As vezes é difícil de entender o que acontece nesse país. Você liga a televisão e eu, como jornalista, como apresentador de televisão, que convivo o dia a dia e tenho esse vício de acompanhar tudo aquilo que acontece na área da propaganda, na área de documentários, naquilo que chegue até a gente. Por exemplo, na área de documentários, sou um vídeo-maníaco quando se trata da área policial, da área penitenciária. Mas o que me chama a atenção, Deputado Colombino, fiz um Projeto nesta Casa: "Casa de Amparo à Mulher"; o Deputado Dr. Rosinha fez um "Projeto do Abrigo" e esses Projetos foram vetados.

Então lembro-me aqui da Lei Algaci Túlio, do nosso primeiro mandato, dos carros roubados que estão espalhados pelas Delegacias de Polícia e muitas vezes se você tem o seu carro roubado, Deputado Colombino, o senhor não sabe que ele está sendo usado como cabrita na gíria policial por policiais e o carro é seu!

Nos países de 1º Mundo quando o carro é apreendido pela polícia, imediatamente ele é levado à central da polícia, é passado para a divisão maior. Imediatamente a imprensa publica a relação dos carros apreendidos. As televisões de 1º Mundo noticiam em seus noticiários que a polícia, naquele dia, apreendeu um carro, com a placa tal e está à disposição. Então isso aí é primeiro mundo, não prender um carro e deixar apodrecendo no pátio de uma delegacia e, lamentavelmente, usá-lo como cabrita. Isso acontece, é uma realidade.

Então, elaboramos aqui um Projeto, mas, lamentavelmente, ninguém o colocou em prática. E tantos outros. Na campanha política agora, fiquei estarecido quando assisti a um programa de televisão durante o Horário Político, um candidato - graças a Deus derrotado a um cargo aqui - chegou na televisão com a maior cara de pau e disse: "Se eu for eleito vou dar um cursinho gratuito para os estudantes pobres do Paraná." Quase caí da cadeira, esse Projeto é meu! Primeiro Projeto que apresentei na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Pedi ao então Governador Álvaro Dias, debati esse Projeto em Palácio, o Governador Álvaro Dias achou a sugestão válida. Vamos ver o que podemos fazer criando um cursinho gratuito aos estudantes carentes do Paraná que não têm condições de pagar o seu estudo, de pagar o cursinho para prestar o vestibular e já adentrar às portas da universidade. Apareceu um monte de gente dizendo que ia fazer isso se for eleito. Para o senhor ver como é a arte da canalhice!

E ontem, para espanto meu, fiquei analisando Jô Soares na televisão tomando

aquele Run Bacardi, dava a nítida impressão de que quem toma aquele run sai voando, como se a vida fica melhor. E depois eu vi aquela propaganda do uísque Drury's, aparece aquela propaganda bonita, muito bem feita, tem que se parabenizar a agência, porque você vendo a propaganda do uísque Drury's e dá a impressão que você sai voando de jato, que você vai ganhar milhões, que você tomando uma dose do uísque vira um super herói. E ontem eu vi o Chico Anísio tomando uma 51. Aí ele tomou com tanto gosto e falei: "deve ser bom, rapaz." Toma e tal, cabelos grisalhos, e a 51 descia e não descia e elaborei um projeto, eu, Alborghetti, elaborei um projeto e enviei a Brasília, tanto é que o Deputado Paulo Bernardo pediu-me, pediu inclusive ao Deputado Ernani Pudell que pegasse uma cópia no meu gabinete e que esse projeto fosse levado à Brasília, Deputado Rosinha.

Eu tinha já encaminhado esse projeto a Brasília para transformar, já que aqui tudo é inconstitucional, que não resolve nada, então agora eu estou tratando de ler o Orçamento de frente para trás, de trás para frente, para ver se as minhas emendas já foram colocadas em prática, que também até agora nada foi colocado, mas está lá o Orçamento vamos ver se este ano as coisas mudam. Mandeí o projeto a Brasília, Deputado Colombino, e mandei colocar que toda a garrafa de bebida alcoólica produzida no Brasil tivesse uma tarja e ainda contei com o apoio do Deputado Ernani Pudell: "O álcool é prejudicial à saúde". Queria que colocasse lá que quem bebe morre e tal, o fígado bate palmas, que era para assustar.

Inclusive tenho uma denúncia gravíssima para fazer aqui que nas praias do Paraná, Deputado Fregonese, todos os bares vendem bebidas alcoólica para menores. É uma vergonha, uma vergonha, os bares de Matinhos, Deputado Cartário, é uma vergonha, um descalabro, uma sacanagem, uma pouca vergonha, vende bebida alcoólica para menores e não tem fiscalização, aliás nem polícia tem, nada. O litoral do Paraná está abandonado, esta é que é a grande verdade. É ou não é, Deputado Fregonese? Abandonado. Vou mais além, inclusive recebi uma mãe agora no meu gabinete me contando uma história macabra de bebida alcoólica: a filha com quinze anos está completamente dopada de tanta bebida alcoólica.

Mandeí o projeto a Brasília e você sabe, Deputado Colombino, que o projeto empacou. Não vai, mas não vai, mas não vai nem que se fizer um saravá, queimar trezentas velas não vai esse diabo desse projeto. O projeto empacou e não vai para o Plenário. Logicamente, como disse o Depu-

tado Zuk, é o cartel, o cartel do poder, do dinheiro, da bebida alcoólica que não quer que esse projeto vá a Plenário e seja aprovado porque o projeto que criei, toda a bebida alcoólica que aparecer na televisão, por exemplo, o Jô Soares chega lá e toma aquele rum Bacardi, bonito, a garrafa chega a balançar, sai uma mulher dançando que nem uma geringonça, lá no meio da garrafa, parece que é a coisa mais linda do mundo tomar aquela bebida.

Eu não bebo, graças a Deus, mas vou mais adiante, quando terminar de aparecer então aparecia a tarja: "Atenção - O álcool é prejudicial à saúde". Uma outra frase, Deputado Nelson: "A bebida alcoólica é prejudicial à saúde", um alerta aos nossos filhos. Tenho um filho de treze anos de idade, a minha constante preocupação, tenho netos, a minha constante preocupação, tanto é que o Governo gasta bilhões, onde temos propaganda fantástica onde orienta que a mãe, parece que vi também no gabinete do Deputado Duílio Genari, que o álcool e o cigarro são prejudiciais à saúde da gestante, para a mãe que está com o neném na barriga; então está empacado.

Elaborei esse projeto aqui, foi aprovado, graças a Deus, mandaram vetar e ontem, graças a Deus, uma entidade espiritual iluminou a mente de um juiz federal e ele determinou, eu não sei até, está analisando se é constitucional ou não é, como disse o Deputado Algaci o negócio do bingo aí, você fica num entrave, não sabe se é constitucional, se é inconstitucional, o que vai acontecer, o que não vai acontecer, é complicado.

Agora, veja bem, de agora em diante todas as bebidas alcoólicas vão ter uma tarja: "O álcool é prejudicial à saúde". Essa idéia não é minha, mas fico feliz, não é minha, é desse Parlamento.

Porque não adianta eu trazer um Projeto ao Plenário, se eu não contar com o apoio da maioria dos Senhores Deputados o meu Projeto não é aprovado, não é aprovado; se eu tiver que derrubar um veto, se eu não tiver o apoio da maioria também não é derrubado o veto.

Então, fico feliz com essas idéias que estamos plantando nesta Casa, neste Plenário, e que agora, Deputado Colombino, o Juiz colocou o meu Projeto em prática.

Fico feliz, mas não queria ver o juiz colocá-lo em prática, queria ver o Congresso aprovar esse Projeto, o Projeto que apresentei aqui que foi aprovado é para os fabricantes de bebida alcoólica do Paraná.

Agora, o cartel é poderoso demais, não sei se vai acontecer, porque não adianta você apenas colocar na bebida alcoólica: "O álcool é prejudicial à saúde", tem que aparecer nas telas da televisão, apareceu a bebida alcoólica tem que vir o alerta

para os pais, para as mães, é ter que haver penas mais severas como peço no meu Projeto, quem transgredir a lei meta na cadeia. Chega de impunidade, chega de desrespeito para com as mães, para com a família brasileira do meu Estado e do meu País, chega, chega de desrespeito para com os nossos filhos, porque tem uma lei aí que proíbe que a criança vá comprar cigarro, uma meia dúzia respeita, outra meia dúzia não respeita.

Dizia agora pouco que no litoral paranaense uma criança pode chegar e comprar um cigarro, pode chegar e pedir uma garrafa de bebida e não acontece nada.

Até quando vamos ficar nesse País de terceiro mundo, meu Deus do céu? Até quando?

Estava vendo agora numa televisão a cabo, essa semana passada foram presos lá em Buenos Aires, Argentina, uma enorme quadrilha que estava com uma grande quantidade de cocaína. Pasmem os Senhores! O meu projeto aqui não tem validade, lá na Argentina tem. Quando os traficantes chegaram à delegacia de polícia já tinha uma psicóloga, já tinha uma assistente social, já tinha advogado, já tinha um promotor acompanhando os traficantes para saber quem era dependente.

Estamos querendo implantar isso no Paraná, não dá, não tem dinheiro, é difícil. A Argentina está aqui, é um País do tamanho do Paraná, está lá implantado, porque não implantar aqui, porque não implantar lá em São Paulo, porque não transformar esse País num subdesenvolvimento?

É brincadeira! Com o aparte o Deputado Fregonese.

**O Sr. Lourenço Fregonese - Deputado Alborghetti.**

O problema do álcool para menores é um problema crônico não só no litoral do Paraná, mas também no Paraná, no Brasil e no mundo.

Eu diria mais: o Estado do Paraná, o futuro Governador encontrará o Estado em tão má situação que no litoral do Paraná se vende cocaína abertamente, em qualquer bar, qualquer canto, maconha virou instrumento obsoleto dos drogados.

Se presume hoje que a cidade de Paranaguá consome 40 quilos de cocaína por semana, uma coisa frustradora nos nossos dias.

Por isso, o seu projeto é um projeto que tem que ser combatido, mas que nós também, o Senhor principalmente que vai permanecer nesta Casa, lutar para que a Polícia do Estado do Paraná seja melhor remunerada, seja melhor equipada para que realmente a gente possa fazer toda essa fiscalização que não vem acontecendo.

Deputado Alborghetti, hoje qualquer criança de 4 ou 5 anos, se for a qualquer bar ou supermercado do Estado do Paraná, pega a garrafa de bebida, passa pelo caixa e ninguém vai dizer nada.

Sabe porque, Deputado Alborghetti? Porque, veja bem, os comerciantes não estão preocupados se vai aumentar a incidência de álcool, de drogados, de dependentes, eles estão preocupados com o lucro.

Infelizmente é uma briga inglória e espero que o Senhor através de seu projeto, consiga pelo menos minimizar as causas dos dependentes deste País.

Os que dependem do álcool neste país são 27% da população brasileira.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para concluir, Senhor Presidente.

Eu só queria dizer o seguinte, Deputado Fregonese: estou horrorizado, não sou de incomodar ninguém. Apoiei Jaime Lerner, não fui o último, fui o primeiro que saiu com Jaime ao lado de Algaci e tantos outros companheiros, neste Estado, com todo respeito aos demais candidatos.

Mas vou marcar uma audiência com o Governador eleito, junto com o Deputado Geraldo Cartário - já conversamos isso, é uma preocupação constante - porque não é só em Matinhos, em Guaratuba ou em qualquer praia. É em qualquer praia do País. Mas em Matinhos tem um negócio que me assustou, quando a maconha chega soltam fogos, para avisar que chegou a droga.

Então é um negócio impressionante! Estou com vários depoimentos gravados, é algo estarrecedor. E espero que o Governador Jaime Lerner escolha um Secretário de Segurança que saiba o que é uma Constituição, saiba o que é Código Penal, saiba o que é a dor de uma mãe que tem um filho drogado, um filho alcoólatra, saiba o que é uma penitenciária, saiba o que quer dizer elefante branco, saiba o que quer dizer casarão, saiba o que é o plantão de uma Delegacia de Polícia.

Eu espero, são novos caminhos e tenho fé em Cristo que haverá de mudar, e muito o meu Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Ainda no Horário das Lideranças, a palavra com o PT, Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores.

Estamos aqui também preocupados com a situação dos trabalhadores da nossa cidade. No primeiro semestre deste ano, houve uma greve de motoristas e cobradores da cidade de Curitiba.

Muitos servidores públicos de nosso Município faltaram ao serviço naquele dia,

por falta de transporte.

O Senhor Prefeito Municipal, com toda sensibilidade que lhe é peculiar, mandou falta para todos os servidores do Município que faltaram naquela ocasião, porque não tinha ônibus para ir para o serviço.

Hoje, novamente, os motoristas e cobradores se encontram em greve. Será que novamente o ex-Deputado, Rafael Greca, defensor dos Servidores Públicos Estaduais, cortará novamente o ponto dos Servidores do Município que não têm condições, provavelmente de ir ao serviço, uma vez que tem esta greve e o salário da categoria anda por perto de 100 reais?

No final do mês de agosto, início do mês de setembro, deste ano, os professores da rede pública do nosso município também pararam reivindicando aumento salarial. Naquela ocasião, como Requião fez em vezes anteriores, o Prefeito descontou os dias parados e mais o final de semana, dando um total de cinco dias.

Os professores estão repondo esses dias parados, mas não há garantia de que serão pagos. Por que não há esta garantia? Porque no ano passado, em agosto de 93, os servidores de saúde também fizeram uma paralisação por melhoria salarial e condições de trabalho, foram descontados. Mas em junho deste ano houve uma negociação no sentido de que aqueles dias fossem repostos e esta negociação se deu entre o Sindicato dos Servidores e o representante do Prefeito.

Houve um acordo de que os dias parados seriam repostos, a ficha funcional seria limpa e que a, após reporem esses dias, eles receberiam salário por já terem compensado.

Agora, nesse mês de outubro, a Prefeitura comunica aos servidores que será impossível pagá-los porque cerca de setecentos e cinquenta funcionários conseguiram repor esses dias neste mês e alega-se que é uma fortuna pagar uma reposição de setecentos e cinquenta funcionários quando o maior salário deve ser por perto de trezentos e quarenta reais que repuseram esses dias, que é o salário de um médico da Prefeitura de Curitiba.

Portanto, nós cobramos, em nome do Partido dos Trabalhadores que não se faça, enquanto Deputado, pronunciamento em defesa de uma classe ou de uma categoria trabalhadora e, no momento em que ocupa um cargo que pode atender reivindicações, use esses cargos para reprimir, oprimir e ainda penalizar servidores públicos.

Isto está acontecendo na Prefeitura de Curitiba onde temos o Prefeito, ex-Deputado, que em inúmeras ocasiões usou desta Tribuna para defender os servidores públicos.

Os servidores da Prefeitura de Curitiba

ba têm um salário básico de cerca de cem reais. Impossível de qualquer cidadão sobreviver com este salário, como é impossível o servidor público do Estado também sobreviver com este mesmo salário. Mas, ao tecer críticas, devemos lembrar que as condições são idênticas.

Aqui nós cobramos que esses dias sejam pagos e que sejam limpas as fichas destes servidores que se propuseram a repor esses dias. Cumpriram a sua tarefa, cumpriram a sua obrigação, mas a Prefeitura não tem cumprido com a dela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Liderança do Governo.

(Declina).

Havendo encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 346/94. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento do Sr. Deputado Renato Adur, acima aprovado:

ITEM 08:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 117/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.775.360,00 (onze milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e sessenta reais), aos vigentes orçamentos próprios da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Centro-Oeste e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos ao restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná com sede e foro em Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/94, de autoria do Deputado Paulo Maia que autoriza a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga dos Servidores Públicos e seus dependentes, matriculados regularmente em instituições superiores mantidos pelo Governo do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E..

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado José Arthur Ritti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI Nº 053/94

Art. Único - O Art. 1º, do Projeto de Lei nº 053/94, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Será concedida transferência oriunda de instituição particular ou pública de ensino, deste ou de outros Estados, em qualquer época do ano e independente de existência de vaga:

I - Para instituições de ensino superior vinculadas e mantidas pelo Estado do Paraná, quando se tratar de servidor público estadual ou de seus dependentes.

II - A transferência deverá ser requerida, em virtude de comprovada remoção, transferência de ofício, assunção ou reassunção de cargo, que acarretem mudança ou retorno para a localidade onde se situe a instituição recebedora, ou próxima desta, observadas as normas estabelecidas pelas respectivas instituições.

III - O direito à transferência por reassunção dar-se-á quando o servidor retornar a cargo ou função do qual estava afastado em virtude de lei."

Sala das Sessões, em 08.11.94.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

Apoio: Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Neivo Beraldin e João Iensen.

**Encaminhamos novamente à Comissão de Constituição e Justiça.**

ITEM 03

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/94, de autoria do Deputado Ernani Pudell, que concede o Título de Cidadania Honorária Paranaense a Dra. Zilda Arns Neumann. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Em Votação.**

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Minha saudação especial também ao Deputado Joni Varisco, Deputado Federal pelo Paraná.

Senhores Deputados, a Assembléia Legislativa do Paraná tem sido, nos últimos



anos, pródiga na concessão da maior honraria que o Poder Legislativo do nosso Estado pode oferecer a um cidadão paranaense. A outorga de títulos de cidadania tem sido banalizada, lamentavelmente, por esta Casa. Tem, em muitos casos, se transformado num instrumento de bajulação e nem sempre estas concessões atendem aos requisitos estabelecidos em lei.

Nós procuramos, com o nosso projeto, que outorga o Título de Cidadão Honorário à Dra. Zilda Arns, fazer justiça com uma cidadã deste Estado que dedica a sua vida, desde os vinte anos de idade, ainda quando cursava o primeiro ano no curso de Medicina em nosso Estado, dedica desde os vinte anos, ou seja, mais de quarenta anos de sua vida, em defesa das crianças de nosso País.

Mais do que isto, o trabalho desta paranaense é um trabalho que lhe permitiu o reconhecimento até da UNICEF, como uma das fundadoras e coordenadoras da Pastoral da Criança que se revelou, em nosso País, o melhor e mais eficiente trabalho comunitário de saúde em todo o Brasil.

Não poderíamos, enquanto Poder Legislativo do Estado do Paraná, deixar também de reconhecer nesta pessoa o mérito, o trabalho e a sua trajetória de vida.

Quando resolvemos fazer o projeto que outorga o Título de Cidadã Honorária à Dra. Zilda Arns, buscamos principalmente, através deste projeto, dar o reconhecimento de todo o povo do Paraná, não apenas à Dra. Zilda, mas também e especialmente aos milhares de seres humanos que, voluntariamente, participam deste projeto. Um projeto que conseguiu mobilizar milhares de mulheres por este País, transformadas em agentes leigas de saúde que através de técnicas simples, combatem a subnutrição infantil.

Neste País que está sendo sacudido diariamente por denúncias de violência policial, de violência contra meninos e meninas de rua, este País que está sendo sacudido diariamente por denúncias de corrupção, é alvissareiro saber que existem tantos brasileiros que se dedicam a uma tarefa tão nobre, tão solidária que de forma voluntária, sem nada a ganhar e conseguir - uma proeza que os governos, com toda a sua estrutura, com todos os recursos que arrecadam, não têm conseguido fazer nesse País. Apenas um dado seria suficiente para justificar essa honraria. A Pastoral da Criança, onde vem atuando conseguiu reduzir o índice de mortalidade infantil de 53 para cada 1000 crianças nascidas vivas, para 29 para cada 1000 nascidas vivas. É um trabalho que nós temos, como homens públicos, que reconhecer, um trabalho feito por uma organização religiosa, sem recursos, através do volunta-

rismo é da solidariedade, buscando soluções onde elas existem, junto com a própria comunidade, repassando informações.

Podemos dizer dessa tribuna, graças a esse trabalho, milhares de crianças brasileiras foram salvas. Então quero aqui dessa tribuna, dizer o seguinte: penso que o Poder Legislativo deveria ir até além do que nós estamos fazendo. Acho que a concessão do Título de Cidadania Honorária é muito pouco para o que representa a Pastoral da Criança para todo o Brasil.

Penso que a Assembléia deveria estudar formas de instituir um prêmio como incentivo a todas essas entidades e organizações que hoje trabalham nas questões sociais e prestam serviços relevantes ao nosso País, mas enquanto não temos essa iniciativa consumada pelo Poder Legislativo, quero aqui fazer um apelo até à futura vice-governadora do Paraná, Deputada Emilia Belinati, penso que o Estado do Paraná deveria dar um exemplo a nível nacional e assumir uma parceria com a Pastoral da Criança.

Quem conhece o trabalho maravilhoso, simples, humano, solidário e eficiente sobretudo, que este movimento presta em nosso país, sabe que seria importante talvez que as nossas universidades se dedicassem ao estudo de alimentos alternativos que pudessem oferecer à Pastoral da Criança, oferecer técnicas novas, oferecer informações, penso que o governo do Estado, poderia usar a sua estrutura de assistência social e colocá-la a serviço da Pastoral da Criança que consegue enraizamento muito grande na sociedade paranaense, especialmente nos bolsões de miséria, de pobreza, onde existe a subnutrição, onde os índices de mortalidade infantil são extremamente elevados.

Coisas muito simples: percebo, às vezes, as voluntárias da Pastoral da Criança, precisam de um simples passe de ônibus, ou poderiam usar a estrutura do Estado, a sua estrutura educacional, a estrutura da Secretaria de Saúde para receber medicamentos, para receber informações, enfim, tenho a certeza de que uma parceria do Governo do Estado com a Pastoral da Criança, seria, talvez, o reconhecimento maior, não apenas à Dra. Zilda, mas sobretudo às milhares de voluntárias que integram esse movimento e que devem receber dos Poderes constituídos, dos homens públicos, o devido reconhecimento.

Quero aqui fazer esse apelo, porque sei que a Deputada Emilia Belinati é sensível às questões sociais, especialmente a questão da mulher, da criança e penso que seria uma sugestão interessante a ser adotada. Eu diria até, uma marca do futuro

governo, que todos nós, independente das nossas posições políticas, guardamos muita esperança de que seja o futuro governo do Estado, um governo marcado pela sua preocupação social principalmente e aí está uma sugestão que, no nosso entendimento, seria extremamente oportuna, politicamente correta nesse momento.

E quero também pedir à Presidência desta Casa no sentido de que buscasse criar condições para que - o mais rapidamente possível - de preferência ainda nesta legislatura, que nós pudéssemos fazer a entrega deste Título à Doutora Zilda e que essa entrega não fosse apenas numa Sessão em que houvesse um sentido de bajulação a quem receber a honraria.

Mas sobretudo que o Poder Legislativo mobilizasse a sua estrutura, mobilizasse a sua influência junto aos meios de comunicação, aos órgãos do governo para que esta outorga de Título de Cidadã Honorária à Doutora Zilda, se transformasse num apelo que o Poder Legislativo do Paraná faz, para que iniciativas desta natureza, se frutifiquem, proliferem no seio da população do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em discussão o Projeto de Lei 162/94.  
**Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 168/94, de autoria do Deputado Nelson Justus. Declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapejara D'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 339/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Pousada São Francisco de Assis de Marilândia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 342/94, de autoria do Deputado Ovídio Constantino, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional doutor Ernani Moura Lima de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da

C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que define a caracterização, implantação e manutenção dos marcos de divisas intermunicipais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C. (Publ. no DA. n° 59, de 17.05.94).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI n° 171/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo definir a caracterização, implantação e manutenção dos marcos de divisas municipais.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação por este Poder Legislativo.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI n° 171/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade definir a caracterização, implantação e manutenção dos marcos de divisas municipais.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a proposição, deu parecer favorável, quanto ao aspecto legal, constitucional e regimental.

Chamada a opinar, essa Comissão de Terras, Imigração e Colonização opina favoravelmente a iniciativa do nobre Deputado, que procurava ordenar matéria de grande importância para os municípios paranaenses.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Puddell, constante do expediente, solicitando que o Projeto de Lei n° 171/94, seja anexado ao plano de Lei Complementar n° 707/93, autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, considerando o Substitutivo o qual se encontra na C.C.J. a fim de que seja apreciado, em conjunto, por se tratar de matéria correlata. **Aprovado. Encaminha-**



mos então à C.C.J.

ITEM 10

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 268/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga a sede do Município de Sengés ao Município de Doutor Ulysses. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 91, de 01.08.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI n° 268/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Lei n° 268/94, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga a sede do município de Sengés ao município de Doutor Ulysses.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 18.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI n° 268/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Erondy Silvério, chega a esta Comissão o Projeto de Lei supra marginado, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga a sede do município de Sengés ao Município de Doutor Ulysses, neste Estado.

Tendo sido submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o presente projeto não apresenta qualquer óbice, visto estarem sendo cumpridos todos os dispositivos legais.

Nestas condições, opinamos favoravelmente ao presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 11

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 274/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo do Estado, ao Município de Tapira- PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 94, de 08.08.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI n° 274/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado ao Município de Tapira.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso Parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI n° 274/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Durval Amaral, chega a esta Comissão, o Projeto de Lei supra marginado, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Estado do Município de Tapira.

Sendo submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o referido Projeto não apresenta qualquer óbice, visto estarem sendo cumpridos todos os dispositivos legais.

Nestas condições, opinamos favoravelmente ao presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 12

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 309/94. Autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 099/94. Autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita ao Município de Curitiba o imóvel, sendo 2 prédios, situados nesta Capital, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 106, de 30/08/94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI n° 309/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei n° 309/94 tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita ao Município de Curitiba, "o imóvel de propriedade do Estado, constituído por dois prédios de três pavimentos, em alvenaria, situados nesta Capital, sob n° 161, da Rua Saldanha Marinho e n° 50 da Rua Cruz Machado e res-

pectivo terreno, medindo 17,55m. de frente para a Rua Saldanha Marinho e 14,55m. de frente para a Rua Cruz Machado com uma área total de 462,00m<sup>2</sup>, havido por doação, conforme escritura Pública de Doação, lavrada em 31/08/62, às fls. 196 do Livro 142/N, nas notas do 5º Tabelião de Curitiba".

Pela análise do Projeto em tela constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os requisitos legais e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 309/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega a esta Comissão o Projeto de Lei supra marginado, oriundo da Mensagem nº 077/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita ao Município de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado, constituído por dois prédios de três pavimentos, em alvenaria, situados nesta Capital, sob nº 161, da Rua Saldanha Marinho e nº 50 da Rua Cruz Machado e respectivo terreno, com área total de 462,00m<sup>2</sup>, sendo 17,55m. de frente para a Rua Saldanha Marinho e 14,55m. de frente para a Rua Cruz Machado, havido por doação, através de Escritura Pública de Doação, lavrada às fls. 196 do Livro 142/N, em 31/08/62, nas notas do 5º Tabelião de Curitiba".

Tendo sido submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o presente Projeto não apresenta qualquer óbice, visto estarem sendo cumpridos todos os dispositivos legais.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 31.10.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 2463 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Albor-

ghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2441 de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2440 de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2442 e 2443 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2444 a 2454, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2456 de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2461 de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2458 de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2455-A, 2464 a 2467, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2457 de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 268, 274 e 309/94.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 239, 305, 325 e 330/94.

e os Projetos de Resolução nºs 024, 025, 026, 027, 029, 030, 031, 033, 034, 035, 037, 038, 040, 042, 043, 044 e 045/94.

Levanta-se a sessão.